



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

27/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Furo no teto por eleição não garante nem comida para mais pobres
Tratada no governo como a boia salva-vidas para a tentativa de reeleição de Jair Bolsonaro, o programa que vai substituir Bolsa Família nasce com um valor nominal de mais que o dobro do atual, mas a corrosão da inflação e os anos sem reajuste mantêm o benefício insuficiente para a compra de uma cesta básica mensal.

A ideia do governo é que o Auxílio Brasil, aposta de Bolsonaro para atrair voto do eleitorado de baixa renda, seja de ao menos R\$ 400 de novembro deste ano até dezembro de 2022. Após isso, não há garantia de que esse valor será mantido.

De acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), uma cesta básica individual mensal com treze grupos alimentares custava em média R\$ 497 em sete capitais do Norte e Nordeste (Belém, Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador), em setembro.

Ou seja, ainda a depender da variação inflacionária de outubro, o valor que será pago para a maioria das famílias no Auxílio Brasil representará cerca de 80% do valor da cesta básica necessária para alimentação saudável de um adulto, nessas capitais.

Bolsonaro sempre criticou o Bolsa Família em seus tempos de deputado federal. Na época, ele afirmava que programas como Bolsa Escola e Bolsa Família serviam apenas para incentivar os pobres a ter mais filhos e, com isso, aumentar a fatia que recebem de benefícios.

"Só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então, essa nefasta política de bolsas do governo", afirmou em novembro de 2013 no plenário da Câmara.

Para o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, a perda do poder de compra causada pela inflação se associa à volatilidade do valor transferido às famílias pobres.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 27 de outubro.

Estagflação atinge os pobres

Nos anos 80, principalmente, se ouvia muito economista falar em estagflação. E, de fato, o problema existia – o fenômeno da estagnação combinado com aumento da taxa de desemprego e aumento contínuo de preços, ou seja, inflação.

O que não se imaginava é ver o problema voltar com força e o vocábulo ser retomado com frequência pelos economistas e comentaristas da área econômica nos veículos de mídia.

No que diz respeito ao emprego, a situação do Brasil hoje mostra que a desocupação é maior entre os de baixa escolaridade, que também levam mais tempo para se recolocar no mercado de trabalho.

Jornal – O Valor Econômico, edição final de semana, trouxe matéria sobre o tema da estagflação. Por exemplo: a taxa de desemprego entre os mais pobres chega a 22,66%. Essa faixa de pessoas vive hoje um desemprego 7,3% acima do que vivia antes da pandemia.

A inflação também atinge a base social pobre de forma mais dura. Em agosto, os mais pobres tiveram 1,30% de inflação; os de renda maior enfrentaram inflação de 1,09%. No acumulado, as famílias pobres tiveram 2,1% de aumento no custo de vida frente às mais ricas.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 27 de outubro.

Prévia da inflação é a maior para outubro desde 1995 e vai a 10,34% em 12 meses

Com a pressão da energia elétrica, a prévia da inflação oficial voltou a acelerar e surpreendeu analistas no país. Em outubro, o indicador teve variação de 1,20%, a maior para o mês desde 1995 (1,34%).

O resultado mensal ficou acima das projeções do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam variação de 1% em outubro. No mês anterior (setembro), o IPCA-15 havia registrado taxa de 1,14%.

Com o novo resultado, a prévia da inflação atingiu 10,34% no acumulado de 12 meses. No acumulado anterior, até setembro, o IPCA-15 já estava em dois dígitos (10,05%).

Em 12 meses, o IPCA-15 registra variação (10,34%) bem superior à meta perseguida pelo BC (Banco Central) para o IPCA. O teto da meta em 2021 é de 5,25%. O centro é de 3,75%.

O economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), também entende que a prévia da inflação de outubro eleva a pressão sobre o Copom nesta semana.

"A pressão não vem apenas pela magnitude do IPCA-15 no mês. Também está relacionada ao espalhamento da inflação. Temos alta de preços administrados, de alimentos e de serviços", analisa Braz.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, quarta-feira 27 de outubro.**

Governo mente ao vincular Auxílio Brasil à aprovação da Reforma Administrativa

Deputados rechaçam necessidade de aprovação da PEC 32 para garantir recursos para auxílio à população carente e criticam caráter eleitoreiro do novo programa social de Bolsonaro, que substituirá o Bolsa Família.

Na tentativa de destravar o andamento da Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e pressionar pelo aumento de votos para aprovar a famigerada proposta, Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, lançaram mão de nova fake news. A bola da vez foi vincular o pagamento dos R\$ 400 previstos no programa Auxílio Brasil – que desbancará o reconhecido Bolsa Família – à aprovação do texto.

No último domingo (24), Bolsonaro e Guedes afirmaram que a Reforma Administrativa poderia compensar parte da conta de R\$ 30 bilhões que o governo precisa para acomodar o Auxílio Brasil no valor de R\$ 400 até o fim de 2022.

A afirmação foi contestada pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). "Em plena semana do servidor, o governo volta a fazer ameaças e mente ao vincular a PEC 32 com o programa Auxílio Brasil. Precisamos manter a mobilização. Essa reforma nada tem de bom! Destrói o serviço público e só prejudica os servidores", alegou a parlamentar que desde a votação na comissão especial vem apontando a crescente dificuldade de o governo emplacar a Reforma Administrativa mesmo entre seus aliados.

Saiba mais em: **CNTI, quarta-feira 27 de outubro.**

Brasil cria 313,9 mil vagas com carteira assinada em setembro, segundo governo

Em setembro, foi registrada a abertura de 313.902 vagas de emprego com carteira assinada no país, segundo dados divulgados nesta terça-feira (26) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

A abertura de vagas formais no mês mostra uma leve desaceleração do desempenho do mercado de trabalho em relação a agosto (368 mil novos contratos) e a setembro do ano passado (319 mil).

A partir de junho, as contratações se aceleraram. Junho e julho registraram mais de 302 mil novas vagas. Em agosto, esse número subiu para 368 mil. O desempenho de setembro, embora ligeiramente inferior ao mês anterior, mantém o patamar registrado no segundo semestre do ano.

Especialistas alertam que os dados do Caged precisam ser analisados com ressalvas desde o ano passado, quando houve mudança na metodologia.

Desde janeiro do ano passado, as informações vêm do eSocial, sistema de escrituração que unificou diversas obrigações dos empregadores. Além de reunir mais informações na mesma base de dados, o novo Caged tornou obrigatório informar a admissão e demissão de empregados temporários.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, quarta-feira 27 de outubro.**